

As equipes do Grupo Especial Móvel de fiscalização do trabalho escravo irão retomar suas atividades na próxima segunda-feira, dia 15, anunciou o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, nesta quarta-feira, 10/10, em Brasília. Apesar de o retorno do Grupo, parlamentares integrantes da bancada ruralista, continuam interferindo no combate ao trabalho escravo. A atuação de parlamentares em favor de uma empresa não é novidade. Três casos emblemáticos ressaltam esse tipo de comportamento de congressistas neoescravistas.

Os auditores do Grupo Móvel estão com suas atividades suspensas desde o último dia 22 de setembro, após um grupo de senadores integrantes da bancada ruralista, ter contestado uma ação do Grupo na fazenda Pagrisa, localizada no município de Ulianópolis (PA), realizada em 30 de julho,

No caso Pagrisa, o primeiro parlamentar ruralista a atuar foi o senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), suplente que assumiu o cargo em 2005 após a renúncia do titular, Duciomar Costa (PTB), eleito prefeito de Belém em 2004. Ribeiro esteve na empresa já durante a fiscalização e contatou outros ruralistas em Brasília. Além de Flexa Ribeiro, os congressistas Kátia Abreu (DEM/TO), Romeu Tuma (DEM/SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) e Cícero Lucena (PSDB/PB) também interferiram na ação do Grupo, tentando desqualificar o trabalho. Todos os senadores citados fazem parte da bancada ruralista.

Casos emblemáticos

Outros três casos recentes são considerados emblemáticos. Em 2005, uma destilaria de propriedade do empresário Eduardo Queiroz Monteiro, irmão do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e deputado Armando de Queiroz Monteiro Neto (PTB/PE), foi recordista na libertação de trabalhadores pelos fiscais: 1.003. Acabou sendo incluída na "lista

suja" do MTE, que arrola as empresas flagradas com escravos. Automaticamente, algumas dessas empresas deixaram de receber financiamentos públicos. Com a medida, teve a comercialização de seu álcool cortada pelas distribuidoras.

Em vão, o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP/PE), telefonou para o presidente do Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis questionando as razões do cancelamento da compra do álcool produzido pela destilaria. A saída foi a troca de nome. Eduardo Monteiro formou uma nova destilaria, Araguaia, e incorporou a antiga. No início da moagem da Araguaia, festa conhecida por "butada", estiveram presentes o presidente da atual Comissão da Pagrisa, senador Jarbas Vasconcelos, e o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS).

O deputado Inocêncio Oliveira (PR/PE), segundo vice-presidente da Câmara, integrou a primeira "lista suja" do País. Em sua fazenda em Gonçalves Dias (MA), foram libertados 53 trabalhadores em 2002, quando ele era primeiro-secretário da Câmara. Conseguiu uma decisão judicial mandando retirar seu nome da lista. A propriedade acabou sendo vendida posteriormente. No ano passado, o STF arquivou o inquérito contra Inocêncio, mas o Tribunal Regional do Trabalho confirmou sentença de indenização proferida em primeira instância determinando que fossem feitos novos pagamentos aos trabalhadores. O deputado recorreu ao TST.

Também houve pressão do senador João Ribeiro (PR/TO) junto ao ministério. Em sua fazenda Ouro Verde, em Piçarra (PA), foram libertadas 38 pessoas. Em 2006, o Tribunal Regional do Trabalho do Pará o condenou a pagar uma indenização de R\$ 76 mil por danos morais coletivos. Ele também foi denunciado no STF pelos crimes de redução de pessoas à condição análoga a de escravo, negação de direitos trabalhistas e aliciamento de trabalhadores.

Senado

Atualmente, a voz do latifúndio mais forte no Congresso é a da senadora Kátia Abreu (DEM/TO). Viúva há 20 anos, herdou do marido uma propriedade rural e a partir daí engajou-se na causa. Atual vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, foi, por dez anos, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins. Eleita deputada federal em 2001, já no ano seguinte, foi a primeira mulher a chefiar a Frente Parlamentar da Agricultura. Ela é relatora da Comissão Especial Externa do Senado Federal montada para investigar a autuação dos fiscais do Ministério do Trabalho na Pagrisa.

Após investigar a ação na Pagrisa, o resultado esperado da comissão é que sejam sugeridas na lei diferenças entre irregularidades trabalhistas, trabalho degradante e trabalho análogo ao escravo, três gradações diferentes para agressões aos direitos trabalhistas, sociais e humanos, dentre as quais o trabalho escravo é o mais grave. Entretanto, as declarações da senadora sugerem um rumo que a comissão pode tomar: a de investigar fiscalizações pregressas dos Grupos Móveis, por abuso de poder.

Retorno ao trabalho

O anúncio do retorno do trabalho dos fiscais do Grupo Móvel foi feito após a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Advocacia-Geral da União (AGU). A parceria prevê o acompanhamento jurídico permanente das ações desenvolvidas pelo Grupo Móvel, com suporte jurídico aos fiscais que forem chamados ou convocados por quaisquer autoridades públicas para prestar esclarecimento no curso de suas ações.

O ministro Carlos Lupi afirmou que a parceria vai dar mais segurança aos auditores e destacou que a suspensão das ações teve amplo reconhecimento da sociedade. "Foi uma vitória e serviu para demonstrar que não há força capaz de impedir uma ação republicana do Estado brasileiro para promover a cidadania", disse. "Esse convênio garante à sociedade que a fiscalização terá o apoio permanente da AGU contra qualquer ato que venha a tentar intimidar a ação do Estado".

Pela importância do Grupo Móvel, secretários de Justiça de diversos estados, parlamentares, e representantes de diversas entidades que lutam contra o trabalho escravo, compareceram à assinatura do convênio.

Pará

A secretária de Estado da Justiça e da Cidadania do Pará, Socorro Gomes, acompanhou a solenidade e falou sobre a importância do retorno do Grupo e os avanços alcançados depois da sua criação.

Socorro Gomes acha que esse é um marco importante do Governo Federal e do ministro Carlos Lupi, ao buscar fortalecer a erradicação do trabalho escravo. "Esse é um ganho na consolidação dos direitos humanos no País", destacou.

Socorro lamenta que o Pará seja conhecido como o principal palco do trabalho escravo no

País. Todavia, ela ressalta que, com a criação do Grupo Móvel, o estado avançou no combate a esse tipo de crime. “O trabalho escravo no Brasil é um esgarçamento, uma barbárie”.

“No Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) está fazendo contatos com diversos outros estados, como a Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, e está encaminhando a assinatura de um pacto federativo para erradicação do trabalho escravo. Isso vai possibilitar ações conjuntas entre os vários governos”, informa a secretária.

Além disso, Socorro diz que o estado criou uma comissão estadual de erradicação do trabalho escravo. “Estamos formatando um plano de erradicação do trabalho escravo no Pará”.

Alteração da Constituição

A cerimônia contou ainda com a presença do senador José Nery (PSol/PA), para quem as críticas à ação do Grupo provêm de uma parte minoritária do Senado. Segundo ele, a paralisação dos auditores ajudou a criar uma mobilização nacional pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, que prevê o confisco de terras, sem direito a indenização, em fazendas onde seja comprovado o uso de mão-de-obra em condição análoga à escrava.

Já a diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, lembrou que a criação inovadora do Grupo Móvel foi uma das razões que levaram o

Brasil a ser reconhecido pela entidade como uma referência mundial no combate ao trabalho forçado. "O trabalho análogo ao escravo é a antítese do trabalho decente e não podemos nos contentar com metas parciais. Os auditores têm todo o nosso apoio", discursou. (Do portal [Ver](#)
[melho](#)

)